

Perspectivas a partir do Barômetro das Américas: 2015

Número 113



Pastores e política: Opinião pública brasileira em relação ao apoio de clérigos a candidatos

Por Amy Erica Smith

aesmith2@iastate.edu

Iowa State University

Resumo: O envolvimento de grupos religiosos nas eleições brasileiras há aumentado nas últimas duas décadas. Líderes evangélicos e pentecostais têm frequentemente endossado e feito campanha por candidatos, ou até mesmo saído como candidatos. Este fenômeno provoca perguntas sobre como cidadãos encaram esses esforços. O endosso de clérigos a candidatos é visto como uma parte normal do dia-a-dia da democracia? Ou esse endosso é visto como uma afronta às normas seculares? Neste relatório, investigo a opinião pública usando os dados do Barômetro das Américas 2014 no Brasil, o qual foi conduzido vários meses antes das últimas eleições. No momento da pesquisa, brasileiros de todos os grupos religiosos majoritariamente se opuseram ao envolvimento político dos clérigos, mas para uma minoria de cada grupo o envolvimento dos líderes religiosos em eleições pareceu justificado. As análises neste relatório mostram que o apoio à participação em campanha por clérigos não está relacionada à afiliação religiosa, e sim com atitudes democráticas e apoio ao sistema político dos indivíduos. Os cidadãos que são mais tolerante às políticas de confronto e apoiam mais o atual sistema político têm maior chance de aceitar o envolvimento dos líderes em campanhas. No entanto, aqueles que apoiam fortemente os ideais da democracia aceitam menos este envolvimento.

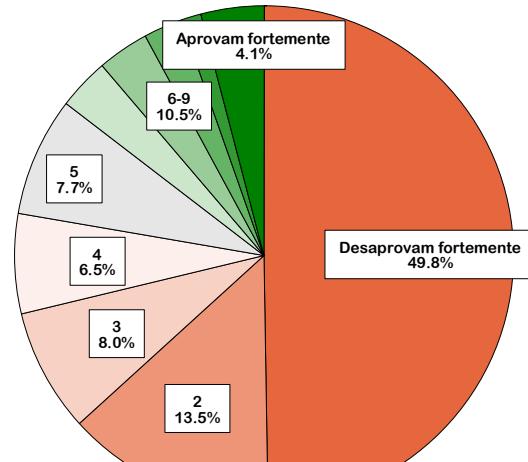
A Série Insights é co-editada por Daniel Montalvo, Emily Saunders e Elizabeth J. Zechmeister com assistência administrativa, técnica e intelectual do grupo LAPOP na Universidade Vanderbilt.

www.AmericasBarometer.org

As eleições presidenciais e legislativas de outubro de 2014 foram descritas pela mídia como um divisor de águas para os evangélicos, tanto políticos como eleitores. Ao nível presidencial, Marina Silva, uma evangélica convertida ligada a movimentos ambientais e de esquerda, se tornou candidata de forma inesperada um mês e meio antes do primeiro turno das eleições, depois da morte trágica do candidato Eduardo Campos. Ela rapidamente chegou ao segundo lugar nas pesquisas ficando atrás somente da presidente, Dilma Rousseff, e ficou nesta posição durante a maior parte da campanha, mas foi ultrapassada nos últimos dias antes da eleição e não conseguiu chegar ao segundo turno. Nas eleições legislativas de 2014, houve um aumento de 47% comparado a 2010 no número de candidatos usando títulos que indicam liderança religiosa, como “pastor” (Tavares 2014). Na Câmara dos Deputados, a bancada evangélica ganhou 10 assentos comparado a 2010, e agora constitui 16% da câmara baixa.¹ Um sinal do aumento da presença evangélica foi a eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados no dia 1 de fevereiro, 2015.

A crescente presença dos evangélicos foi também sentida entre os militantes e eleitores. Assim como em outras eleições recentes, muitos pastores de fama fizeram públicas suas preferências em relação aos candidatos a presidência e cargos legislativos. Além do mais, campanhas informais foram feitas dentro de muitas congregações religiosas. Enquanto as regras eleitorais de 2014 proibiam a propaganda eleitoral e as campanhas formais em propriedades de igrejas, clérigos não foram impossibilitados de expressar suas opiniões tanto de forma sutil como explícita, e candidatos da mesma religião frequentemente foram aos encontros religiosos (*Instruções do*

Figura 1. Apoio que Líderes Religiosos Façam Campanha para Candidatos, Brasil 2014



Apoio a que líderes religiosos façam campanha para candidatos

Fonte: © Barômetro das Américas, LAPOP, 2014; Brasil 2014 v1_W

TSE 2014).² Dados do Painel Eleitoral Brasil 2014 indicam que quase a metade dos evangélicos no país ouviram seus pastores falarem sobre a campanha eleitoral nas semanas antes das eleições (Ames et. al. não publicado). Enquanto algumas atividades certamente violaram as regras eleitorais, muitas delas provavelmente evitaram infringir as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Mesmo que essas atividades não tenham violado as leis, permanecem questões sobre o que pensam os brasileiros sobre o apoio dos clérigos aos candidatos. Neste relatório *Insights*,³ investigo os dados da pesquisa

¹ No Senado, onde a fórmula majoritária prejudica grupos minoritários, somente 4 evangélicos foram eleitos, representando 5% desta instituição.

² O Tribunal Superior Eleitoral especificamente proibiu a utilização de alto-falantes nas propriedades da igreja “quando em funcionamento” (*Instruções do TSE 2014*, 345). Além disso, nos “bens de uso comum” como os parques e as igrejas, “é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados” (206). A questão é, obviamente, o que conta como “propaganda”. As regras e os tribunais eleitorais têm se enfocado principalmente na exposição e distribuição de materiais impressos de propaganda de candidatos.

³ Publicações anteriores de *Insights* se encontram em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights.php>. Os dados

Barômetro das Américas 2014 no Brasil,⁴ que perguntou aos respondentes se eles aprovam ou desaprovam o seguinte cenário:

BRAREL1. Um padre ou um pastor apoiar ou fazer campanha para um determinado candidato em tempo de eleição.

O cenário descrito captura a ambiguidade a respeito da legalidade do envolvimento das igrejas nas campanhas. Fora da propriedade da igreja, as opiniões políticas dos religiosos são protegidas pela liberdade de expressão, mesmo que ainda sujeitas as outras normas eleitorais como o calendário eleitoral. Dentro da propriedade da igreja, é possível que os clérigos deixem claras suas preferências em diferentes formas que não envolvam a propaganda explícita (muito menos usando um microfone) que é proibida pelo regulamento eleitoral. Ao mesmo tempo, é certamente possível imaginar clérigos “apoiando e fazendo campanha para um candidato” de maneira que violam as regras eleitorais.

Na Figura 1, examino as respostas em uma escala de 1 a 10, em que 1 significa desaprova fortemente e 10 significa aprova fortemente.⁵ É importante lembrar que a pesquisa foi implementada em março e abril de 2014, meses antes da campanha eleitoral. É possível que as opiniões de muitos cidadãos sobre as campanhas dentro de igrejas tenham mudado na aproximação da eleição, pois os mesmos cidadãos podem ter sido influenciados quando viram clérigos de confiança se envolverem com

usados nesse relatório se encontram em: <http://www.vanderbilt.edu/lapop/survey-data.php>.

⁴ Financiamento para o Barômetro das Américas 2014 veio principalmente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Fontes importantes de apoio também foram o Banco de Desenvolvimento Interamericano (IADB) e Vanderbilt University. Este *Insights* foi produzido somente pelo LAPOP e as opiniões apresentadas são somente do autor, e não necessariamente refletem o ponto de vista da USAID ou qualquer outra agência de financiamento.

⁵ Dado os pequenos percentuais de respondentes nas categorias 6-9, a Figura 1 agrupa os percentuais das quatro categorias. No total, 10,5% dos respondentes responderam 6, 7, 8 ou 9.

as eleições. No entanto, estes dados proporcionam indicações importantes sobre as preferências básicas da população.

De acordo com a Figura 1, é evidente que a maioria dos cidadãos brasileiros estão cautelosos com a participação do clero nas eleições. A metade dos entrevistados avaliam o cenário hipotético com o menor índice de aprovação, e mais de três quartos avaliam o cenário com uma classificação inferior a 5. Simultaneamente, um pequeno grupo de brasileiros aceita, ou mesmo é muito favorável, à perspectiva de que clérigos façam campanha.

Afiliação religiosa e apoio à campanha por parte de clérigos

O panorama religioso brasileiro tem mudado drasticamente nas últimas décadas. Dados do Censo mostram que o percentual que se identifica como protestante/evangélico aumentou de 5% em 1970 a 22% em 2010, ao mesmo tempo que o percentual que se identifica como católicos diminuiu de 90% a 65%.⁶ O crescente envolvimento das igrejas nas eleições no Brasil é costumeiramente visto como uma consequência do aumento no número de congregações evangélicas, e de uma teologia política evangélica cada vez mais ativa. De fato, uma pesquisa em paróquias Católicas indica que os clérigos católicos tendem muito menos a fazer públicas suas visões políticas, e a concorrer a cargos políticos (Oro 2006).

Por isso, pode se esperar que as normas em relação ao envolvimento dos clérigos nas campanhas variem de acordo com o grupo religioso do cidadão, de forma que os evangélicos sejam mais favoráveis a tais

⁶ A pergunta Q3C do Barômetro das Américas distribui os respondentes protestantes por denominação (e.g., metodista, batista) nas categorias mais abrangentes de “evangélico” e “protestante tradicional,” mas na maior parte das análises há pouca diferença no comportamento destes dois grupos. Neste relatório, combinei as duas categorias.

atividades. Dois mecanismos diferentes levariam a tal correlação. Os evangélicos podem ajustar suas preferências de acordo com as experiências junto aos líderes da própria igreja. Alternativamente, o maior envolvimento político do clero evangélico pode ser *resultado* de atitudes mais permissivas de cidadãos evangélicos em relação ao envolvimento político de seu clero.

Na Figura 2, examino a percentagem de cidadãos em cada grupo religioso que aprova a campanha por parte de clérigos. "Aprovação" é codificado como qualquer resposta entre 6 e 10 na escala de resposta original. As linhas verticais que se estendem em ambos os lados das estimativas representam os intervalos de confiança de 95%. Os intervalos de confiança indicam que, ao contrário das expectativas, não há diferenças estatisticamente distinguíveis entre os grupos religiosos em relação à aceitação de campanha por parte de clérigos.⁷ Enquanto a grande maioria de cada grupo rejeita o apoio político por parte dos clérigos, entre 12 e 15% dos católicos, protestantes e dos entrevistados de outras religiões apoiam esta atividade. A rejeição é ainda maior entre os Testemunhas de Jeová e Mórmons, mas por causa do pequeno número de indivíduos nestas categorias, os intervalos de confiança são demasiado grande para fazer qualquer inferência.

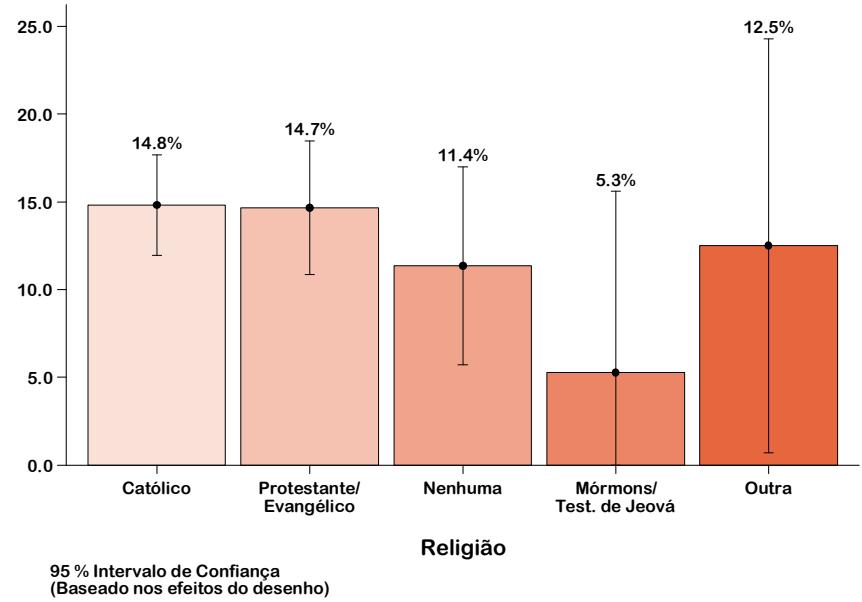
Se não a religião, o que explica o apoio a que clérigos façam campanha?

Logo, temos um enigma, se a afiliação religiosa não explica o por quê algumas pessoas acham

aceitável que clérigos façam campanha política e outros acham inaceitável, o que explica?

Uma resposta pode estar no entendimento de secularismo, em atitudes em relação à democracia, e na percepção da legitimidade do sistema político atual. Enquanto o catolicismo romano era a religião do estado de Portugal e foi dado um estatuto privilegiado na Constituição Imperial do Brasil de 1824, a Constituição da República de 1891 legalmente divorciou o Estado da Igreja, e estabeleceu o direito dos cidadãos ao livre exercício da religião. Estes dois aspectos da laicidade do Estado têm sido adotados em todas as constituições subsequentes, democráticas e não-democráticas.

Figura 2. Percentual de Apoio que Clérigos Façam Campanha, por Grupos Religiosos



Ainda assim, os cidadãos hoje em dia podem perceber a laicidade do Estado como um aspecto da democracia. Em primeiro lugar, o respeito efetivo pelas liberdades civis como a liberdade de associação, a qual é fundamental para o livre exercício da religião, é melhor protegido sob a democracia. Em segundo lugar,

⁷ Os resultados são praticamente os mesmos se examinássemos a resposta média na escala de 1-10. A variável dependente foi recodificada como binária nesta análise para simplificar a apresentação e discussão.

a legitimidade processual da política democrática depende de concorrência livre e justa. Independentemente das regulamentações atuais que regem eleições particulares, muitas pessoas podem observar a "interferência" das igrejas nas eleições como democraticamente ilegítima. Em princípio, a separação entre Igreja e Estado requer apenas que o *Estado* não favoreça nem reprima qualquer grupo religioso, à exceção de uma razão pública legítima; isso não implica necessariamente que as igrejas não se interessem em quem assume o poder, ou em que o Estado faz. No entanto, muitos brasileiros podem entender a norma que as igrejas devem ficar fora das eleições como um componente do secularismo, e um elemento de procedimento democrático "justo". Ao mesmo tempo, aqueles que acreditam mais fortemente na legitimidade do sistema político atual, independente da democracia em abstrato, podem ser mais propensos a apoiar que clero faça campanha, uma vez que campanhas por parte dos clérigos são uma característica real do atual cenário político do Brasil.

Desta forma, minha hipótese é que duas orientações psicológicas a tempos estudadas pelo Barômetro das Américas possam prever a aceitação (ou a falta de aceitação) de que os clérigos façam campanha. O primeiro é o apoio à democracia em abstrato; espera-se que aqueles que apoiam a democracia mais intensamente devem aceitar *menos* o envolvimento de clérigos nas eleições.⁸ O segundo é a percepção da legitimidade do sistema político atual do Brasil; acredita-se que aqueles que apoiam o sistema político atual do Brasil mais fortemente aceitarão mais o apoio políticos dos líderes religiosos.⁹

⁸ Esta medida usa a questão ING4, que pergunta aos respondentes o quanto eles concordam, em uma escala de 1-7, que "a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo."

⁹ O Barômetro das Américas mede *apoio ao sistema* com respostas, em uma escala de 1-7, às perguntas B1, B2, B3, B4, e B6. No Brasil, elas perguntam até que ponto o respondente "acredita que os tribunais de justiça do Brasil garantem um julgamento justo"; "tem respeito pelas instituições políticas do Brasil"; "acredita que os direitos

Contudo, outros cidadãos podem ter visões alternativas sobre o papel apropriado das igrejas na política democrática. Estas pessoas podem ver as igrejas não como atores ilegítimos nos processos democráticos seculares, mas sim como um ator da sociedade civil, entre muitos em um mercado eleitoral contencioso e pluralista. Estes cidadãos podem visualizar as disputas democráticas em termos de competição baseada nos interesses de diferentes bases eleitoras. Para essas pessoas, as comunidades religiosas e os grupos de identidade constituem simplesmente mais um concorrente na disputa democrática. Assim, também ofereço a hipótese de que aqueles que são mais tolerantes à participação de confronto verão o envolvimento político das igrejas como mais aceitável.¹⁰

Também analiso a medida em que a justificação ao envolvimento político dos clérigos a candidatos está associada a fatores demográficos e à socialização política. Aqueles que vivem em áreas urbanas maiores podem ser mais tolerantes à campanha dos líderes religiosos, já que o pluralismo religioso é mais penetrante nessas áreas. Aqueles com níveis mais elevados de educação e maior riqueza podem aceitar menos o ativismo dos clérigos, pois podem ter absorvido mais plenamente as normas democráticas seculares. Assim como na Figura 2, eu também controlo por denominação religiosa e por uma medida de importância da religião na vida do entrevistado. Finalmente, eu

básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro"; "sente orgulhoso(a) de viver no sistema político brasileiro"; e "acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro."

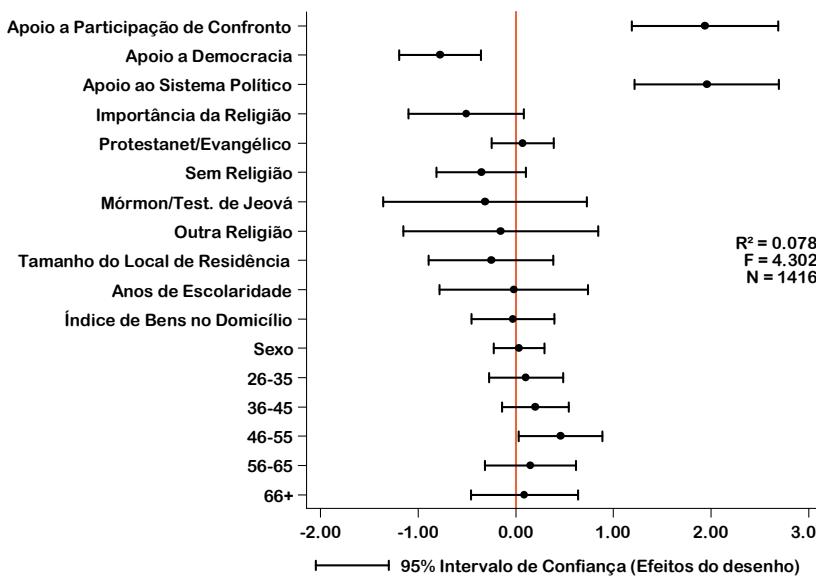
¹⁰ Este índice é baseado nas questões E5, E11, e E15. Estas questões perguntaram o quanto respondentes aprovam, em uma escala de 1-10, que pessoas participassem em "manifestações permitidas por lei"; em "campanhas eleitorais para um partido ou candidato"; e no "bloqueio de ruas ou rodovias para protestos." O coeficiente de fiabilidade alpha é .49. A correlação desta variável com apoio a democracia é de .16.

testo se as atitudes variam de acordo com sexo e faixa etária.¹¹

A Figura 3 apresenta os resultados de um modelo de regressão linear múltipla, examinando como todas essas variáveis estão juntamente associadas à aceitação do envolvimento político do clero em campanhas políticas.¹² O ponto correspondente a cada uma das variáveis listadas no lado esquerdo da figura representa o coeficiente de regressão da variável, enquanto que as linhas horizontais que se alongam para os dois lados de cada ponto representam os intervalos de confiança de 95% dos coeficientes. Se uma variável está para a esquerda da linha "0", ela está correlacionada negativamente com o apoio a que clero faça campanha; se for para a direita, ela está associada positivamente com esta atitude. Quando o intervalo de confiança de 95% não atravessa a linha de "0", isto indica que podemos ter 95% de certeza de que o relacionamento encontrado representa aquele que existe na população em geral. Quando o intervalo de confiança atravessa a linha de "0", no entanto, não podemos rejeitar a possibilidade de que não há nenhuma relação entre a variável em questão e o apoio ao envolvimento dos líderes religiosos nas campanhas políticas. Todas as variáveis independentes (isto é, aquelas listadas no lado esquerdo da figura)

foram recodificadas para uma escala de 0 a 1. Assim, o tamanho do coeficiente representa o número de pontos que se esperaria alterar no apoio aos endossos eleitorais dos líderes religiosos (na escala de 1-10), se um cidadão hipotético mudasse do nível mínimo dessa variável para o nível máximo.

Figure 3. Determinantes do apoio a que clérigos façam campanha para candidatos políticos: Atitudes Políticas, Religião, e Fatores Demográficos



Fonte: © Barômetro das Américas por LAPOP, 2014; Brasil 2014 v2_temp

É importante ressaltar que na Figura 3, quase que as únicas variáveis estatisticamente significativamente são as relacionadas com a democracia e a legitimidade do sistema político. Como proposto, aqueles que são mais favoráveis à participação política de confronto e ao sistema político atual tem maiores níveis de apoio a que o clero faça campanha, enquanto que aqueles que são mais favoráveis à democracia no abstrato têm níveis mais baixos de apoio a esse comportamento. A variação do nível mínimo para o máximo de apoio para a participação de confronto e apoio ao atual sistema político está associada a um aumento cerca de dois pontos a mais de apoio para que o clero faça campanha, na escala de 1-10. Enquanto isso, movendo-se desde o mínimo

¹¹ Tamanho do local de residência é baseado no item TAMANO, e codificado para que valores mais altos representam lugares maiores. Anos de Escolaridade é baseada no item ED. O índice de bens no domicílio é baseado nos itens R4, R5, R6, R7, R15, R16, e R18, que avaliam se o respondente tem um telefone fixo, um carro, máquina de lavar, microondas, computador, Internet, e uma televisão de tela plana. Como discutido acima, denominação religiosa é baseada no item Q3C; importância da religião é baseada no item Q5B, e é codificada para que valores mais altos representem maior importância da religião. Finalmente, faixas etárias foram baseadas na questão Q2, e estão codificadas para que 16-25 seja a categoria base.

¹² Veja o apêndice para os resultados completos da regressão.

até o nível máximo de apoio à democracia está associada a uma queda de um ponto de apoio ao envolvimento político dos clérigos.

Por outro lado, nenhuma das variáveis religiosas está significativamente associada ao apoio para que líderes religiosos façam campanha, assim como também não estão o tamanho do lugar de residência, a educação, a riqueza das famílias, ou o sexo do entrevistado. A análise indica que aqueles com idade entre 46-55 têm níveis significativamente mais elevados de apoio ao envolvimento político de líderes religiosos do que aqueles na faixa etária dos mais novos (idade entre 16-25); o por quê isso ocorre é uma questão para se explorar em outros estudos.

Conclusão

A medida que os grupos evangélicos do Brasil têm crescido não só em destaque numérica, mas também em sua presença social e política, estes grupos têm se tornado cada vez mais assertivos nas campanhas eleitorais e no apoio a certas políticas. Em outros textos, tenho explorado o quanto este apoio tem convencido membros da igreja e os não-correligionários (Boas e Smith a ser publicado). Além da eficácia desse apoio, porém, há questões mais amplas a respeito de como tal atividade política molda atitudes em relação a grupos evangélicos e à política em geral.

Escrevendo em meados de 1800, após a sua estada nos Estados Unidos, Alexis de Tocqueville notou a força das comunidades religiosas nos Estados Unidos. Ele argumentou que essa força era um produto da recusa das igrejas para se envolverem na política, e advertiu que os grupos religiosos no fim das contas prejudicam sua própria sustentabilidade a longo prazo quando tomam posições na política partidária. Nas palavras de Tocqueville, "Quando uma religião ... vem para se unir a um governo, tem de adotar máximas que são aplicáveis apenas a determinados povos. Assim, pois, aliando-se a um poder

político, a religião aumenta seu poder sobre alguns e perde a esperança de reinar sobre todos" (2005 [1840], 349). Escrevendo quase dois séculos mais tarde, Putnam e Campbell (2011) argumentam que o crescente alinhamento entre o cristianismo evangélico e o Partido Republicano nos Estados Unidos tem levado muitos jovens que rejeitam a política da direita cristã a rejeitar o cristianismo como um todo.

Neste relatório *Insights*, analiso o envolvimento político das igrejas no contexto de um país distinto, um país que Telles (2004) famosamente chamou de "outra América". Antes da campanha de 2014 começar, encontramos forte resistência ao engajamento político dos clérigos entre todos os grupos religiosos. Aqui, eu pergunto como este envolvimento político está relacionado não com a legitimidade desses mesmos grupos religiosos, mas com a legitimidade da política democrática e do sistema político. Os resultados indicam que aqueles que apoiam a democracia em abstrato mais fortemente têm níveis mais baixos de apoio ao envolvimento do clero nas eleições, embora o apoio ao atual sistema político está *positivamente* relacionada com a aceitação de engajamento político por parte do clero. Argumento que tais padrões resultam das diversas maneiras em que os cidadãos entendem o secularismo, a concorrência democrática e o pluralismo.

Caso as religiões evangélicas continuem a crescer no Brasil, parece provável que a politicagem com base na igreja se tornará ainda mais proeminente no médio prazo. Além disso, observadores notam que o ativismo político evangélico é cada vez mais ideológico, com foco na política sexual e na manutenção das hierarquias sociais tradicionais, em vez de simplesmente na promoção dos interesses evangélicos. Com a crescente exposição ao ativismo e ideologia evangélicos, as atitudes dos cidadãos para com tal politicagem podem tornar-se mais permissivas. No entanto, também é possível - e talvez mais provável - que os cidadãos continuem de forma ampla a

rejeitar tal ativismo baseado na igreja. Se este for o caso, parece provável que a polarização relacionada à religião, à política, e à legitimidade das instituições democráticas no Brasil também vai subir.

Referências

Ames, Barry, Fabiana Machado, Lucio Rennó, Amy Erica Smith, and César Zucco. (não publicado). Brazilian Electoral Panel Study 2014.

Boas, Taylor C., and Amy Erica Smith. 2015 (a ser publicado). "Religion and the Latin American Voter." In *The Latin American Voter*, edited by Ryan E Carlin, Matthew Singer, and Elizabeth Zechmeister. University of Michigan Press.

Fonseca, Alexandre Brasil. 2008. "Religion and Democracy in Brazil: A Study of the Leading Evangelical Politicians." In *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*, edited by Paul Freston, 163–206. Oxford: Oxford University Press.

Instruções Do TSE : Eleições 2014: #vempraurna. 2014. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral of Brazil.

http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/instrucoes_eleitorais/instrucoes-tse-eleicoes-2014.pdf.

Oro, Ari Pedro. 2003. "A Política da Igreja Universal e Seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (53).

Oro, Ari Pedro. 2006. "Religião e Política no Brasil." In *Religião e Política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai*, edited by Ari Pedro Oro. São Paulo: Attar Editorial.

Putnam, Robert D., and David E. Campbell. 2011. *American Grace: How Religion Divides and Unites Us*. New York: Simon & Schuster.

Tavares, Flavia. 2014. "O Jeito Evangélico de Pedir Votos e Fazer Política." *Época*, September 21.

Telles, Edward Eric. 2004. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.

Tocqueville, Alexis de. 2005 [1840]. *Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes.

Apêndice

Tabela 1. Determinantes do apoio a que clérigos façam campanha para candidatos políticos, Brasil 2014

	Coeficiente	Erro Padronizado	t	p
Apoio a Participação de Confronto	1.937	0.379	5.120	0.000
Apoio a Democracia	-0.777	0.211	-3.690	0.000
Apoio ao Sistema Político	1.954	0.373	5.230	0.000
Importância da Religião	-0.508	0.297	-1.710	0.090
Protestante/Evangélico	0.072	0.160	0.450	0.656
Sem Religião	-0.354	0.231	-1.530	0.127
Mórmon/Testemunha de Jeová	-0.317	0.527	-0.600	0.549
Outra Religião	-0.154	0.505	-0.310	0.761
Tamanho do Local de Residência	-0.253	0.322	-0.790	0.433
Anos de Escolaridade	-0.020	0.384	-0.050	0.959
Índice de Bens no Domicílio	-0.031	0.214	-0.140	0.885
Sexo	0.033	0.131	0.250	0.804
Idade 26-45	0.105	0.192	0.550	0.585
Idade 36-45	0.201	0.172	1.160	0.247
Idade 46-55	0.457	0.216	2.120	0.036
Idade 56-65	0.152	0.235	0.650	0.518
Idade 66+	0.088	0.277	0.320	0.75
Constante	1.991	0.465	4.290	0.000
Número de Observações	1416			
R ²	0.08			
F	4.30			

Todas as variáveis foram recodificadas de 0-1, com exceção da variável dependente (1-10)